

DESTAQUES DA SEMANA

Tecnologia da Informação

14 a 18 de outubro de 2024

Nesta Edição

- △ [Internet](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Consumidor](#)
- △ [Internacional](#)
- △ [Orçamento](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)

Internet

- **Anatel publica relatório de estudo sobre o poder social dos serviços digitais.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) publicou recentemente o relatório final que aborda o impacto social dos serviços digitais, conforme anunciado no sistema SEI. Este estudo foi iniciado em 2022 e está alinhado à Meta 8 do **Plano de Trabalho do Termo de Execução Descentralizada** (TED), estabelecido entre o Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Cead) e a Universidade de Brasília (UnB). O relatório é parte de um esforço para entender os novos desafios regulatórios que o ecossistema digital apresenta, refletindo a crescente importância da tecnologia nas interações sociais e econômicas do país. A iniciativa destaca a necessidade de uma abordagem mais aprofundada e regulamentada para lidar com as transformações trazidas pela digitalização em diversos setores da sociedade. Com informações de: [Agência Brasil](#)
- **Relator apresenta substitutivo ao projeto que amplia obrigatoriedade de armazenamento de dados para apuração de ilícitos.** O deputado **Julio Cesar Ribeiro** (REP/DF) apresentou substitutivo ao [PL 1845/2024](#) (*ampliação da obrigatoriedade de armazenamento de dados para*

apuração de ilícitos), no âmbito da Comissão de Comunicação (CCOM). Ainda será aberto **prazo** para apresentação de **emendas** ao projeto, que deve se estender até o início de novembro. Não sendo apresentadas emendas no prazo regimental, a matéria estará pronta para a pauta. O novo texto proposto pelo relator **exclui** a previsão de que empresas provedoras de internet ficam obrigadas a realizar a individualização dos IPs de cada cliente, além da proposta de que as informações estarão protegidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Após a análise da CCOM, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Se aprovado, vai ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação anterior pelo Plenário da Câmara.*

- **Internet móvel no Brasil: consumo cresce 11% e preço cai 2,8%.** O uso da internet móvel no Brasil registrou um **aumento significativo de 11%** no segundo trimestre de 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior, conforme dados do **Panorama Econômico-Financeiro de Telecomunicações**, publicado pela Anatel. Atualmente, os brasileiros consomem, em média, 5,63 GB de dados por mês. No entanto, essa média esconde variações notáveis entre diferentes regiões do país; o Distrito Federal lidera o consumo, com 8,53 GB, enquanto o Piauí apresenta o menor uso, com apenas 3,75 GB. Paralelamente, os preços dos serviços de telefonia móvel mostraram uma tendência de queda, com uma redução de 2,8% em relação ao segundo trimestre de 2023. A Anatel aponta que o **custo médio por gigabyte** caiu para **R\$ 5,55**, com o valor mais acessível encontrado na Paraíba e o mais elevado novamente no Piauí. Essas informações refletem não apenas o aumento da conectividade entre os brasileiros, mas também as disparidades regionais que permeiam o acesso e o consumo de dados móveis, evidenciando a complexidade do cenário da telecomunicação no país. Com informações de: [Tele Síntese](#)

Segurança Cibernética

- **Governo institui Equipe para Incidentes Cibernéticos da Secretaria de Orçamento Federal.** A Secretaria de Orçamento Federal (SOF) instituiu a **Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR-SOF)**, conforme a [Portaria SETEC/SOF/MPO nº 347/2024](#), com a finalidade de coordenar e fortalecer as ações de segurança cibernética na proteção de sua infraestrutura tecnológica. A equipe será responsável por desenvolver diretrizes que abrangem a **prevenção, detecção, tratamento e resposta** a possíveis ataques cibernéticos, promovendo uma integração eficaz entre as equipes internas da secretaria. Com a formação do ETIR-SOF, o governo busca otimizar a prevenção e reduzir tanto o tempo de resposta quanto os impactos de incidentes cibernéticos. A equipe funcionará de forma permanente e multidisciplinar, refletindo a necessidade de um enfoque colaborativo para enfrentar os desafios de segurança digitais.
- **Índice global coloca Brasil como 'país-modelo' de cibersegurança.** Desde a instituição do mês de outubro como o período de conscientização sobre cibersegurança nos Estados Unidos, em 2004, o Brasil tem se destacado na América Latina por seus esforços e boas práticas nesse setor. Recentemente, o país ganhou ainda mais reconhecimento ao ser incluído na lista de países-modelo em cibersegurança, conforme a **5ª edição do Índice Global de**

Cibersegurança (GCI), divulgada em setembro. Essa inclusão ressalta a evolução das políticas e ações brasileiras destinadas ao fortalecimento da segurança digital, alinhando-se às melhores práticas internacionais e contribuindo para um ambiente online mais seguro. Com informações de: [TI Inside](#)

- **Perdas com crimes cibernéticos aumentam 22%**. As perdas provocadas por crimes cibernéticos globais chegaram a US\$ 12,5 bilhões no ano passado, segundo dados do Internet Crime Complaint Center (IC3) do FBI. Essa cifra representa um aumento de 22% em relação a 2022, refletindo o crescimento das fraudes online, que incluem roubo de dados, extorsões e espionagem industrial. As empresas brasileiras ocupam a oitava posição no ranking de denúncias, destacando-se como um dos alvos preferenciais para organizações criminosas. Oscar Isaka, analista da consultoria Gartner, observa que o Brasil se mantém entre os dez países mais afetados, independentemente da origem dos ataques. **Flávio Silva**, diretor técnico da Trend Micro no Brasil, explica que a rápida adoção de novas tecnologias pelas empresas locais torna o país ainda mais vulnerável, criando um cenário propício para os hackers. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Esperidião Amin alerta sobre desafios da defesa cibernética**. O senador **Esperidião Amin** (PP-SC) abordou, na quarta-feira (16), em pronunciamento no Plenário, a relevância da defesa cibernética, destacando a recente participação de parlamentares em um exercício promovido pela Escola Superior de Defesa em colaboração com as Forças Armadas. **Amin**, que foi designado relator do Plano de Defesa Nacional, anunciou sua intenção de incluir em seu relatório a necessidade de aumentar o orçamento para segurança cibernética, sublinhando a urgência do Brasil em se preparar para melhorar sua defesa nessa área. Embora o número de ataques cibernéticos tenha diminuído de 102 bilhões em 2022 para 65 bilhões no último ano, o senador alertou que a complexidade e a gravidade desses ataques estão crescendo. Ele defendeu que a profissionalização e a qualificação dos profissionais dedicados à defesa cibernética devem ser priorizadas nacionalmente, ressaltando que o Parlamento, especialmente o Senado, não pode se isentar dessa responsabilidade. Com informações de: [Agência Senado](#)

Inteligência Artificial

- **ANPD finaliza sandbox regulatório sobre inteligência artificial**. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) anunciou que publicará em breve diretrizes para um ambiente experimental de inteligência artificial, conhecido como sandbox regulatório. O objetivo é avaliar o impacto desses sistemas no tratamento de dados pessoais e garantir a proteção dos direitos individuais. A conselheira da ANPD, **Miriam Wimmer**, esclareceu que essa iniciativa já estava prevista na agenda regulatória para 2023 e 2024, especialmente à luz das questões surgidas na fiscalização de empresas como a Meta. A ANPD irá explorar a legalidade do uso de dados pessoais para fins de treinamento de modelos de inteligência artificial, entre outros tópicos relevantes. Entretanto, Wimmer enfatizou que a discussão não necessariamente culminará na criação de um regulamento formal, mas que é fundamental que a entidade analise cuidadosamente as implicações relacionadas ao uso de IA e seus efeitos sobre a privacidade dos cidadãos. Além da criação do sandbox, a ANPD também planeja, em 2024, realizar uma

consulta pública para coletar subsídios que ajudem na avaliação da regulamentação da inteligência artificial, destacando a importância de desenvolver um marco regulatório que se adeque às inovações tecnológicas e proteja os direitos dos usuários. Com informações de: [Convergência Digital](#)

- **Brasil apresenta inovações em Inteligência Artificial em webinar da Rede Gealc.** Nesta terça-feira (15), a **Rede Interamericana de Governo Digital (Rede GEALC)** promoveu um webinar focado em tecnologias emergentes, com a participação ativa do Brasil. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), através da Secretaria de Governo Digital (SGD), apresentou o **Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)** e discorreu sobre o **Núcleo de IA do governo**, destacando a iniciativa nacional em prol da inovação tecnológica. O evento contou com representantes de diversas nações da América Latina, incluindo Argentina, Guatemala, Peru, Paraguai e Uruguai, e foi mediado pelo Banco Interamericano, que atua como secretaria executiva da rede. Com informações de: [ASCOM MGI](#)
- **Projeto que define critérios para permissão de uso de dados pessoais para treinamento de IA recebe relator.** O deputado **Leonardo Gadelha (PODE/PB)** foi designado relator do [PL 2775/2024](#) (*critérios para permissão de uso de dados pessoais para treinamento de IA*) na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), com **abertura de prazo para oferecimento de emendas – o qual deverá se estender até 25 de outubro**. A matéria aguarda apresentação do parecer do relator ao projeto e às eventuais emendas para inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Após análise da CCTI, o projeto ainda passa pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e, caso aprovado, será remetido ao Senado Federal – *salvo a interposição de recurso para deliberação prévia pelo Plenário da Câmara dos Deputados*.

Inclusão Digital

- **Computadores para Inclusão será expandido para todo o País com investimento de R\$ 30 milhões.** O **Ministério das Comunicações** anunciou, por meio de um edital publicado no Diário Oficial da União na quarta-feira (16), a ampliação do programa Computadores para Inclusão em todo o território brasileiro. Com um aporte financeiro superior a **R\$ 30 milhões**, a iniciativa tem como objetivo destinar 40 mil computadores a instituições de ensino público e organizações da sociedade civil. Essa ação visa promover a inclusão digital e garantir melhor acesso à tecnologia para estudantes e comunidades, proporcionando melhores condições para a educação e o desenvolvimento social no país. Com informações de: [Agência Brasil](#)

Transformação Digital

- **Plano Estratégico da Anatel 2023-2027 é atualizado.** A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) atualizou seu Plano Estratégico para o período de 2023 a 2027, visando alinhar sua atuação às políticas públicas atuais, como o **Plano Plurianual da União (PPA)** e o **novo PAC**. A atualização foi aprovada pelo Conselho Diretor e leva em conta a dinâmica política,

econômica, tecnológica e social do Brasil e do mundo. Entre as alterações, foram incluídas informações sobre a lacuna digital no Brasil e tendências de adoção de tecnologias emergentes que impactam a conectividade, como **Web 3.0, metaverso, inteligência artificial, blockchain, redes abertas e Internet das Coisas (IoT)**. A proposta também considera a comunicação entre satélites e dispositivos móveis e aborda as incertezas relacionadas à regulação das plataformas digitais no país. Além disso, destaca desafios significativos, como o término das concessões da telefonia fixa e a necessidade de compartilhamento de postes. A Anatel também reflete sobre os desafios globais ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da **Agenda 2030 da ONU** e a importância do planejamento da União Internacional de Telecomunicações (UIT). Outro ponto relevante é a ênfase na gestão interna da Anatel e na adoção de práticas sustentáveis, demonstrando um compromisso da agência com a evolução do setor telecomunicações em um cenário em rápida transformação tecnológica. Com informações de: [Agência Gov](#)

- **Ministério das Comunicações, BNDES e Anatel debatem novo plano de aplicação de recursos do Fust para pequenas e médias empresas.** O Ministério das Comunicações, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e a Anatel, se reuniu no Rio de Janeiro na última terça-feira (15) para discutir um novo plano de aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A pauta principal foi a criação de uma linha de crédito voltada para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que engloba organizações com faturamento anual de até R\$ 300 milhões. Essa nova modalidade de utilização do Fust visa facilitar o acesso a financiamentos reembolsáveis para parceiros públicos e privados que demonstrem investimentos voltados ao aumento da capacidade de rede, contribuindo, assim, para a expansão da conectividade no país. **Juliano Stanzani**, diretor do Departamento de Política Setorial do Ministério das Comunicações, enfatizou que o modelo discutido tem como foco o fortalecimento do setor ao oferecer suporte financeiro às MPMEs, promovendo a inclusão digital como um dos pilares das iniciativas do governo federal. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

Educação

- **Fust terá renúncia de R\$ 534 milhões para conexão em 16 mil escolas.** O Ministério das Comunicações (MCom) apresentou um balanço sobre o primeiro edital destinado à conexão de escolas com recursos oriundos da renúncia fiscal do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). Segundo a pasta, os projetos para levar Internet a 16 mil instituições de ensino demandarão um investimento total de **R\$ 534 milhões**, resultando em uma economia de 24% em relação ao valor apresentado inicialmente, que era de **R\$ 701 milhões**. Essa redução se deu em função da concorrência entre as empresas que participaram do edital. O MCom também anunciou o cronograma de implementação da conectividade nas escolas, indicando que 4,5 mil delas deverão estar conectadas já em 2024, seguidas de 5,4 mil em 2025 e 6,1 mil em 2026. Com informações de: [Teletime](#)
- **Aprovado projeto que autoriza compartilhamento de dados do Censo Escolar.** O Plenário da Câmara **aprovou**, nesta quarta-feira (16), o [PL 454/2022](#) (*autoriza compartilhamento de dados do Censo Escolar*), nos termos do parecer favorável ao substitutivo do Senado Federal,

apresentado pelo deputado **Nikolas Ferreira** (PL/MG). A matéria segue à sanção presidencial. De autoria do deputado **Tiago Mitraud** (NOVO/MG), visava alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB ([Lei nº 9.394/1996](#)) e a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD ([Lei nº 13.709/2018](#)), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual e na realização de censos educacionais.

Mídias Sociais

- **STF marca para novembro julgamento sobre redes sociais no Brasil.** O Supremo Tribunal Federal (STF) agendou para o dia 27 de novembro o julgamento de três processos que abordam a responsabilidade dos provedores de internet na remoção extrajudicial de conteúdos que propagam desinformação e discursos de ódio. A confirmação da data foi feita pelo presidente da Corte, ministro **Luís Roberto Barroso**, nesta quarta-feira (16). Os casos, relatados pelos ministros **Luiz Fux**, **Edson Fachin** e **Dias Toffoli**, foram disponibilizados para análise em agosto de 2023. Um dos principais pontos em discussão é a constitucionalidade de uma regra estabelecida pelo Marco Civil da Internet ([Lei 12.965/2014](#)), que requer uma ordem judicial prévia para que provedores possam ser responsabilizados por conteúdos ilícitos, ação a ser apreciada pelo relator **Dias Toffoli**. Outro aspecto que será debatido é se empresas que hospedam sites têm a obrigação de monitorar e retirar do ar conteúdos ofensivos de forma autônoma, sem a necessidade de intervenção judicial, o que será analisado no processo sob a relatoria do ministro Fux. Com informações de: [Agência Brasil](#)

PD&I

- **Editais destinarão R\$ 3,1 bilhões para projetos de inovação e pesquisa.** O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), anunciou um investimento significativo de R\$ 3,1 bilhões destinado a diversos editais voltados para a inovação e pesquisa no Brasil. O investimento será direcionado à expansão do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), à **Chamada Universal** em colaboração com o CNPq, além do Pró-Infra Desenvolvimento Regional, que beneficiará as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Também será lançado o edital Verde Amarelo/Parques Tecnológicos, cujo foco é corrigir as desigualdades existentes em ambientes de inovação no país. Durante o anúncio, realizado na Academia Brasileira de Ciências (ABC) nesta quarta-feira (16), a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**, ressaltou que o pacote de investimentos visa não apenas alavancar a ciência brasileira, mas também promover um desenvolvimento regional equilibrado. Com informações de: [Agência Brasil](#)
- **Decreto estabelece novas diretrizes valorizando produtos e serviços frutos de pesquisas realizadas no Brasil.** Publicado nesta segunda-feira (14) o [Decreto nº 12.218/2024](#), que altera o [Decreto nº 11.890/2024](#), estabelece novas diretrizes sobre a aplicação da margem de preferência na administração pública federal, com foco na **valorização de produtos e serviços** resultantes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&IT) realizados no Brasil. O

documento redefine a “margem de preferência normal” e a “margem de preferência adicional”, sendo a primeira relacionada a diferenciais de preço entre produtos e serviços nacionais e estrangeiros, e a segunda destacando especificamente aqueles que se originam de PD&IT no país. Para que um produto manufaturado ou serviço seja considerado nacional e se beneficie da margem de preferência, é necessário que sejam desenvolvidos por **empresas com registro ativo no CNPJ** e atendam a vários critérios, incluindo a adição de novas funcionalidades significativas ou a realização de etapas tecnológicas no território nacional. O decreto ainda prevê a criação de uma **Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável**, que terá o papel de detalhar quais produtos e serviços poderão ter a margem de preferência adicional de **até 10%**.

- **TI lidera investimentos da Lei do Bem com R\$ 285 milhões.** Um novo estudo intitulado Panorama da Lei do Bem 2024, realizado pelo GT Group, evidencia o setor de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como protagonista nos investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no Brasil nos últimos anos. Conforme dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a área de tecnologia da informação recebeu um expressivo aporte de R\$ 285 milhões. Segundo **Fabrizio Gambino**, sócio-fundador do GT Group, a Lei do Bem tem sido vital para o avanço do setor de TI no país, pois proporciona às empresas a oportunidade de desenvolver novas tecnologias e aprimorar suas operações. Com informações de: [Convergência Digital](#)
- **CFT: designada relatora para PL que estabelece financiamento de startups pelos fundos constitucionais.** A deputada **Laura Carneiro** (PSDRJ) foi designada relatora do [PL 5306/2020](#) (*financiamento de startups pelos fundos constitucionais*) na Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Aguarda-se apresentação de parecer ao projeto e às eventuais emendas para sua inclusão na pauta deliberativa da Comissão. Cabe observar que o projeto conta com parecer favorável na Comissão, apresentado em outubro de 2021 pelo antigo relator, deputado Fernando Monteiro (PP/PE). Além disso, a matéria foi aprovada, ainda em 2021, pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), na forma do substitutivo apresentado pelo então deputado **Delegado Pablo** (PSL/AM). Após análise da CFT, o projeto passa ainda pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e do Plenário e, caso aprovado na forma de substitutivo, retorna ao Senado Federal para deliberação das alterações promovidas. Caso aprovado na forma do texto aprovado pelo Senado Federal, a matéria será remetida à sanção presidencial
- **Designado relator para PL que visa desenvolver Complexo Econômico e Industrial da Saúde.** O senador **Cid Gomes** (PT/DF) foi designado relator do [PL 1505/2022](#) (*mecanismos de estímulo ao desenvolvimento e fortalecimento do Complexo Econômico e Industrial da Saúde brasileiro*) no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A matéria aguarda o parecer do relator, que exerceu a função na CCJ. Após deliberação da CAE, a matéria será remetida à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática (CCT), seguindo posteriormente à de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. Caso aprovada, vai à Câmara dos Deputados.

Economia & Tributário

- **Reforma tributária: Braga adia cronograma de trabalho, e Planalto prevê aprovação em dezembro.** O senador **Eduardo Braga** (MDB-AM) prorrogou a apresentação do plano de trabalho relativo ao primeiro projeto de regulamentação da reforma tributária (PLP-68/2024), que estava agendada para a última quarta-feira (16). A discussão ocorreria na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)** do Senado, entretanto, Braga requer mais tempo para se recuperar de uma cirurgia para a remoção de uma hérnia de disco e um cisto. O prazo estabelecido por seu médico para evitar compromissos é até domingo (20). Com informações de: [Folha de S. Paulo](#)
- **Lira resiste a votar 2º projeto da reforma tributária antes de Senado aprovar o 1º.** O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP-AL), anunciou que só irá pautar a conclusão do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária após a votação da primeira proposta no Senado. A informação foi confirmada pela apuração do Estadão/Broadcast, que revela a insatisfação de Lira com a lentidão dos senadores em analisar o texto que havia sido enviado pelos deputados em julho. Nos bastidores, Lira expressou preocupação com a morosidade e mencionou que o presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**, se comprometeu a levar o primeiro projeto à votação em novembro. Caso isso ocorra, a proposta deverá retornar à Câmara com as devidas alterações sugeridas pelos senadores. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Governo prorroga isenção, redução e suspensão de tributos em regimes especiais de drawback.** Publicado no Diário Oficial da União (DOU) de terça-feira (15), a [MP nº 1.266/2024](#) prorroga por um ano os prazos de isenção, de redução a zero de alíquotas e de suspensão de tributos previstos nos regimes aduaneiros especiais de drawback para **empresas do Rio Grande do Sul**. A prorrogação será contada a partir do vencimento da concessão do drawback, que abrange concessões com vencimento entre 24 de abril e 31 de dezembro de 2024. Ainda segundo a MPV, exclusivamente na modalidade de suspensão, serão **beneficiadas as empresas denominadas fabricantes intermediários não domiciliadas no Rio Grande do Sul**, com vistas à **industrialização de produto intermediário** a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras domiciliadas no território gaúcho para emprego ou consumo na industrialização de produto final destinado à exportação.
 - » A Medida Provisória dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de isenção, pelo prazo de um ano, de redução a zero de alíquotas ou de suspensão de tributos previstos nos **regimes aduaneiros especiais de drawback**: nas modalidades de suspensão e isenção, de que tratam o art. 12 da [Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009](#), e o art. 31 da [Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010](#), para pessoas jurídicas beneficiárias de atos concessórios com **domicílio no Estado do Rio Grande do Sul**; e exclusivamente na modalidade de suspensão, para empresas denominadas fabricantes-intermediários não domiciliadas no Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à industrialização de produto intermediário a ser ou que já tenha sido diretamente fornecido a empresas industriais-exportadoras domiciliadas na referida unidade da federação, para emprego ou consumo na industrialização de produto final destinado à exportação.
 - » Os **prazos de isenção ou de redução a zero de alíquotas de tributos** previstos nos atos concessórios do regime aduaneiro especial de drawback de que trata o art. 31 da [Lei nº 12.350/2010](#), poderão ser prorrogados, em caráter excepcional, por mais um ano, desde que: **(i)** a pessoa jurídica titular do regime tenha domicílio no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com

a sua inscrição no CNPJ; **(ii)** os prazos referidos tenham sido objeto de prorrogação anterior pela autoridade competente; e, **(iii)** a data de termo final das isenções ou das reduções a zero de alíquotas vinculadas ao ato concessório esteja compreendida entre 24 de abril e 31 de dezembro de 2024. O disposto aplica-se também aos prazos de isenção ou de redução a zero de alíquotas de tributos previstos nos atos concessórios aprovados em conformidade com o art. 1º, § 2º, da [Lei nº 8.402/1992](#).

- **Designado relator para projeto que estabelece isenção de IR para participação nos lucros.** A deputada **Laura Carneiro** (PSD/RJ) foi designada relatora do [PL 581/2019](#) (*Isenção de IR para participação nos lucros*), no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). A matéria aguarda a apresentação do parecer da relatora para ser incluída na pauta deliberativa da Comissão. Após apreciação da CTRAB, a matéria será analisada pelas Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e pelo Plenário da Câmara.
- **Governo cancela urgência de PL que prevê majoração da CSLL e do IRRF sobre JCP.** o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a [Mensagem nº 1294/2024](#) cancelando a urgência do [PL 3394/2024](#), que **majora a alíquota da** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (**CSLL**) e a alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte (**IRRF**) incidente sobre os juros sobre capital próprio (**JCP**). O projeto passaria a sobrestar a pauta do Plenário da Câmara a partir desta quinta-feira (17). Agora, aguarda-se o despacho da matéria às comissões, para a análise do mérito, da adequação financeira e orçamentária, além da constitucionalidade. Cabe observar ainda que não há previsão de votações de temas sensíveis para este mês de outubro, reflexo do foco dos congressistas nas eleições municipais e na sucessão da presidência da Câmara e do Senado. Além disso, com a retomada das atividades, é esperado que as casas legislativas priorizem a conclusão da votação dos projetos que regulamentam a reforma tributária, assim como **matérias orçamentárias**.
- **Incentivos à indústria saem nas próximas semanas, diz Alckmin.** O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, **Geraldo Alckmin**, anunciou na segunda-feira (14) que o lançamento da **Letra de Crédito de Desenvolvimento (LCD)** está programado para ocorrer em breve, em um período de poucas semanas. Essa nova modalidade de investimento busca fomentar a aplicação de recursos em setores cruciais como infraestrutura, indústria, inovação e pequenas empresas, promovendo o crescimento econômico. **Alckmin** destacou que já dialogou sobre a iniciativa com o presidente do BNDES, **Aloizio Mercadante**, enfatizando que a novidade deve impactar positivamente a economia ao permitir um diferencial de até 1,5% no crédito disponibilizado. Com informações de: [Poder 360](#)
- **MDIC reformula orçamento e plano de ação da ABDI.** A [Portaria MDIC nº 341, de 9 de outubro de 2024](#), que aprova a **reformulação do Orçamento-Programa** e do **Plano de Ação** da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para o ano de 2024. A medida reformula o Orçamento-Programa e o Plano de Ação da ABDI estabelecendo tabela de novos indicadores. Além disso, altera as **despesas da agência por programa**, bem como seu **cronograma de desembolso**.

Consumidor

- **STJ define responsabilidade por compra on-line cancelada.** A 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu que os lojistas não podem ser considerados os únicos responsáveis pelo cancelamento de compras on-line, prática conhecida como chargeback. A decisão foi motivada por um caso em que uma joalheria teve o valor de uma venda estornado pela operadora de cartão de crédito, que alegou fraude. O colegiado votou pela maioria, e a deliberação gerou debates entre especialistas. Embora a medida vise proteger o lojista, ela é vista como uma intervenção arriscada do Judiciário em questões de acordos comerciais privados. O caso específico envolveu a joalheria J.C. Presentes e Serviços Digitais, situada em São José do Rio Preto (SP), que havia assinado um contrato com a empresa de pagamentos Stone. Nesse acordo, a responsabilidade pela correção de eventuais erros para contestações ou cancelamentos de transações era atribuída exclusivamente à joalheria. Com informações de: [Valor Econômico](#)

Internacional

- **Na China, Ministério das Comunicações se reúne com ministro da Indústria e Tecnologia da Informação e conhece a rede privativa do governo chinês.** Em visita à China, o ministro das Comunicações, **Juscelino Filho**, se reuniu na última sexta-feira (18) com o ministro da Indústria e Tecnologia da Informação chinês, **Jing Zhuanglong**, para discutir colaborações tecnológicas entre os dois países. O foco das conversas inclui parcerias para serviços de satélites e a atração de indústrias de smartphones para o Brasil. O encontro também abordou questões relacionadas ao **Brics 2025**, ano em que o Brasil assumirá a presidência do bloco. Durante a missão, a comitiva, que inclui o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais e o presidente da Telebras, **Frederico de Siqueira Filho**, visitou o Centro Nacional de Informação do Estado, uma rede privativa do governo chinês. Juscelino Filho ressaltou a importância do intercâmbio, destacando que o Brasil está em processo de implementação de sua própria rede privativa por meio da Telebras e que a visita ao centro chinês visa compreender seu funcionamento. Com informações de: [ASCOM MCom](#)

Orçamento

- **MPO define estudos temáticos relacionados a TIC a serem elaborados como subsídio à formulação da Estratégia Brasil 2050.** A [Portaria MPO nº 345/2024](#) estabelece diretrizes para a elaboração de estudos que servirão de base para a **Estratégia Nacional de Longo Prazo**, conhecida como **Estratégia Brasil 2050**. O documento destaca a importância da transformação digital, segurança cibernética e proteção de dados como temas centrais a serem abordados nos trabalhos. A iniciativa busca aprofundar a discussão sobre a promoção de uma transformação digital que seja inclusiva, assegurando também uma gestão de dados segura e ética, integrando os benefícios da inteligência artificial (IA) de maneira democrática. Além disso, a portaria incentiva o uso de **tecnologias avançadas**, incluindo big data e análise preditiva, e propõe a

adoção de práticas de economia circular, que envolvem reciclagem, redução de resíduos e otimização do uso de recursos.

Consultas & Compras Públicas

- **ANPD abre Tomada de Subsídios para elabora Agenda Regulatória 2025-2026.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu [Tomada de Subsídios](#) para elaboração da **Agenda Regulatória 2025-2026**. A iniciativa visa colher contribuições da sociedade para a definição de temas que orientarão a ação da Autoridade nos próximos dois anos, no âmbito regulatório. Com o objetivo de identificar temas considerados relevantes pela sociedade para estudos e/ou regulamentação sobre proteção de dados pessoais, a Autoridade elencou **16 temas** para o próximo biênio (2025-2026) que devem ser avaliados por sua relevância e abriu campo para possibilitar o envio de outras sugestões. Nessa nova Agenda, 12 temas são remanescentes das iniciativas estabelecidas na [Agenda 2023-2024](#), em curso. Segundo a ANPD, dos 20 temas estabelecidos no biênio 2023-2024, 10 ainda se encontram em processo de análise (direitos dos titulares, relatório de impacto, compartilhamento de dados pelo Poder Público, definição de alto risco e larga escala, dados pessoais sensíveis em organizações religiosas, anonimização e pseudonimização, tratamento de dados de crianças e adolescentes, dados biométricos, medidas de segurança e inteligência artificial) e outros 2 ainda não foram iniciados (política de proteção de dados e privacidade, e regras de boas práticas de governança e TAC). É possível acompanhar a evolução da agenda pelo [relatório de acompanhamento](#), publicado periodicamente pela ANPD. Esse documento também apresenta os números da participação social nos processos de regulamentação elencados.
- **ANATEL abre Consulta Pública a fim de revisar definição de “senha fraca”.** A Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) abriu [Consulta Pública](#) até o dia **24 de outubro** referente à proposta de revisão da definição de “senha fraca” nos requisitos de segurança cibernética para equipamentos de telecomunicações, conhecidos como **CPE** (Customer Premises Equipment).
- **TRF abre Consulta Pública visando serviços de comunicação de dados para acesso à internet.** O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) lançou um aviso de consulta pública, conforme o documento [Aviso nº 1/2024](#), com o intuito de promover a contratação de serviços de comunicação de dados destinados ao acesso à internet. Essa iniciativa, que ficará aberta até o dia **23 de outubro**, inclui a necessidade de serviços especializados em segurança para proteger o acesso à rede. A proposta busca reunir sugestões e contribuições da sociedade, que devem ser encaminhadas pelo e-mail cpl@trf2.jus.br.
- **MDIC recebe contribuições para alterar PPB de *Smart Label*.** O Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) iniciou uma [Consulta Pública](#) referente à proposta de alteração do Processo Produtivo Básico (PPB) para Etiquetas Inteligentes, conhecidas como “Smart Labels”, e Dispositivos de Identificação por Radiofrequência (RFID). O período para manifestação da sociedade vai até o dia **29 de outubro de 2024**.

Nomeações

- **MCTI designa representantes de entidades no CCT.** A [Portaria MCTI nº 8.593/2024](#) estabeleceu a designação dos representantes selecionados pelas entidades dos setores de **ensino, pesquisa e tecnologia** para integrar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).
- **MGI dispensa coordenador de TIC.** O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) comunicou a dispensa de **Felipe Bimbato Rodrigues** do cargo de coordenador de tecnologia da informação e comunicação, conforme estabelecido na [Portaria MGI nº 52/2024](#).
- **SUFRAMA dispensa coordenador de Articulação Tecnológica.** A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) anunciou, por meio da [Portaria de Pessoal nº 177/2024](#), a dispensa de **Ygor Aroucha Tourné** do cargo de Coordenador de Articulação Tecnológica.